

Por que o jornalismo investigativo brasileiro raramente cobre a própria mídia?

Why does Brazilian investigative journalism rarely cover the media itself?

Magali Moser¹
Rafael Rangel Winch²

Resumo: O artigo discute a importância de o jornalismo investigativo cobrir a própria mídia. Para tanto, apresenta um panorama do sistema midiático brasileiro e problematiza seus vínculos com os poderes político e econômico. O objetivo central é compreender os motivos que dificultam a produção de investigações jornalísticas acerca de questões relacionadas à mídia no Brasil. Mais do que uma obviedade, este tema remete a reflexões de ordem complexa e estrutural: A cobertura acerca da mídia, com a exposição de possíveis limitações, contribuiria para uma possível deslegitimação do campo?

Palavras-Chave: Cobertura sobre a mídia. Jornalismo investigativo. Sistema midiático brasileiro.

Abstract: The article discusses the importance of investigative journalism covering the media itself. For that, it presents an overview of the Brazilian media system and problematizes its bonds with the political and economic powers. The main objective is to understand the reasons that hinder the production of journalistic investigations about media-related issues in Brazil. More than an obvity, this theme refers to reflections of complex and structural order: the coverage about the media, with the exposition of possible limitations, would contribute to a possible delegitimation of the field?

Keywords: Coverage on the media itself. Investigative journalism. Brazilian media system.

¹ Doutoranda do PPGJOR/UFSC e bolsista FAPESC, Mestre em Jornalismo pelo mesmo programa. Especialista em Estudos Literários/FURB

E-mail: magali.moser@gmail.com

² Doutorando do PPGJOR/UFSC e bolsista FAPESC/CAPES, Mestre em Comunicação (POSCOM/UFSC).

E-mail: rangelrafael16@hotmail.com

Introdução

A capacidade de o jornalismo exercer seu potencial de independência, denúncia e investigação, que caracteriza seus fundamentos e preceitos, esbarra em obstáculos, sobretudo de ordem econômica e política. Os interesses do oligopólio que atua em rede e com propriedade cruzada no Brasil ameaçam a contribuição esperada pelos jornais em favor da democracia. Contudo, por que o jornalismo investigativo brasileiro raramente aborda aspectos relacionados ao seu próprio sistema midiático? À primeira vista, pode parecer uma obviedade, mas, acreditamos que esta questão suscita reflexões necessárias de ordem complexa e estrutural: A exposição das fragilidades em torno da mídia contribuiria para uma possível deslegitimação do campo? Ao não selecionar, investigar e expor acontecimentos e problemáticas conectados ao seu fazer, o jornalismo se posiciona como uma instituição acima das contradições sociais? Dos tradicionais aos ditos veículos independentes e alternativos, por que este tipo de cobertura costuma se restringir a textos opinativos, em espaços como colunas/*ombudsman*?

Este artigo busca compreender as dificuldades que cercam uma investigação voltada para questões relativas à mídia no Brasil, e por que, mesmo nos veículos localizados fora do *mainstream*, este assunto raramente é tratado de maneira central na pauta jornalística. As relações entre o sistema de mídia brasileiro e o sistema político a partir do jornalismo são tema de estudo de diferentes autores (AZEVEDO, 2006; LIMA, 2011; GOMES; MAIA, 2008). O oligopólio e o domínio de grupos familiares à frente dos meios de comunicação têm implicações diretas no fazer jornalístico. No entanto, a reflexão acerca deste tema parece ainda estar limitada ao espaço acadêmico, salvo raras exceções. As consequências de um sistema midiático altamente centralizado, dentre outros problemas associados à mídia, têm um impacto não só para jornalistas, mas, principalmente para o público, a sociedade de modo geral. Diante do forte apelo social e relevância, tais questões precisariam ser pautadas também pelo próprio fazer jornalístico.

A concentração das empresas de comunicação influencia profundamente o conteúdo do que é veiculado pela mídia, bem como a verdadeira natureza do jornalismo

investigativo (CHAMBERS, 2008). No Brasil, essa problemática se agrava, sobretudo, nos contextos regionais (PINTO, 2015) com o coronelismo midiático local. Analisar como se constitui a propriedade da mídia brasileira nos parece um fator elementar para compreender o papel dos meios e as limitações impostas ao jornalismo, especialmente àquele que se diferencia pela capacidade de investigação e aprofundamento. Além da concentração, há outros elementos envolvendo a temática, passíveis de investigação jornalística, como a conduta ética de profissionais da área, a precarização do trabalho nas redações, assédios dos mais diversos tipos, assassinatos de jornalistas, sonegações de impostos pelas empresas, bem como as próprias narrativas midiáticas (estereótipos/preconceitos). Metodologicamente, este artigo se organiza a partir de revisão bibliográfica, que compreende o debate sobre o *jornalismo investigativo* e suas relações com o sistema midiático e político brasileiro. Ampara-se, ainda, em exemplos de produções jornalísticas que ilustram o tema.

1. Sistema midiático brasileiro

A configuração do cenário midiático brasileiro apresenta peculiaridades quando comparada a outros sistemas. O domínio de oligarquias políticas e familiares, o controle por diferentes igrejas e a hegemonia de um único grupo privado são fatores que caracterizam a mídia brasileira. Esta concentração da propriedade não atinge apenas uma rede, embora o protagonismo assumido pelas *Organizações Globo* como maior conglomerado de mídia existente no Brasil e um dos maiores do mundo exija um estudo aprofundado. O *Grupo Record* e suas problemáticas relações com a Igreja Universal do Reino de Deus também se mostra um caso à parte, para citar apenas dois exemplos. Assim, examinar como se estabelece o sistema midiático brasileiro torna-se central na compreensão das limitações impostas à prática jornalística no país. Ao refletir sobre a especificidade do espaço público configurado pelos meios de comunicação no Brasil, Kucinski (1998) alerta para o elevado grau de desigualdade social no país.

A estrutura de propriedade das empresas jornalísticas no Brasil reproduz com grande fidelidade a configuração oligárquica da propriedade da terra; na gestão dos jornais predominam as práticas hedonísticas e de favoritismo

típicas da cultura de mando da grande propriedade rural familiar. Enquanto na maioria das democracias liberais avançadas há um grau substancial de pluralismo ideológico na imprensa escrita, no Brasil, os jornais, propriedade dessa oligarquia, compartilham uma ideologia comum, variando apenas em detalhes não significativos. (KUCINSKI, 1998, p. 16)

Num país marcado por heranças de colonialismo, escravidão, golpes, fortes relações clientelistas e autoritarismo³, a ausência de pluralismo na cobertura pela mídia brasileira dificulta o exercício da potencialidade presente no jornalismo. Contribui ainda para os jornais serem “bases de partida dos processos de definição da agenda de discussões e de produção de consenso” (KUCINSKI, 1998, p. 16). Em momentos decisivos da história nacional, esses traços aparecem de forma ainda mais perceptiva. A promoção de candidatos de preferência das elites pela mídia hegemônica é apontada por Kucinski (1998) das eleições para governadores em 1982 - as primeiras após o fim do regime militar - às campanhas presidenciais seguintes (1989, 1994 e 1998).

O jornalismo foi recorrentemente utilizado como forma de desmoralizar ou mesmo desestabilizar governos, segundo a qual a linha editorial dos patrões dos veículos era contra. Esta constatação nos leva inevitavelmente a perguntar: O Brasil seria um caso de ausência de limites para liberdade dos donos dos meios de comunicação, mesmo que isso custe o preço da democracia? A combinação entre interesses econômicos e políticos com o poderoso controle da opinião pública faz o caso brasileiro ser sintomático. Nesse contexto, o rádio apresenta características e potencial para ser o mais acessível e popular dos meios. No entanto, a forma como é distribuída sua propriedade favorece o fortalecimento do clientelismo político. Por sua vez, a televisão ocupa um espaço privilegiado na formatação do espaço público (HAMBURGUER, 2005; KUCINSKI, 1998).

Em uma sociedade que herdou do passado colonial escravocrata uma desigualdade que se reitera em barreiras discriminatórias como a cor da pele, o analfabetismo e a falta de cultura literária, a ‘*ignorância*’ sintetiza a discriminação, marca a superioridade de quem domina as mínimas regras da cultura erudita. Nesse contexto, a televisão, reconhecida como veículo que,

³ O livro *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária* (2000), de autoria da filósofa Marilena Chauí, ajuda, de certo modo, a compreender este fenômeno do autoritarismo no país e da sociedade excludente e suas raízes históricas.

entre outras coisas, pode informar e ensinar sobre o significado e a maneira de usar novos produtos assume papel estratégico para um público sedento de informação. (HAMBURGUER, 2005, p. 72)

O rádio e a televisão são outorgas do poder público para a iniciativa privada. De acordo com o pesquisador Venício Artur de Lima, “a primeira característica da nossa mídia, desde quando o rádio foi introduzido no Brasil e foi regulamentado pelo Estado, é, portanto, que optamos por privilegiar esse modelo de curadoria” (LIMA, 2011, p. 28). Segundo o autor, “não foi uma opção que contou com a participação popular. Ao contrário, foi uma decisão de gabinete, sem que houvesse qualquer debate ou participação pública” (LIMA, 2011, p. 28). Lima lembra ainda que a legislação brasileira nunca se preocupou de forma efetiva com a propriedade cruzada dos meios de comunicação.

A primeira característica “moderna” da nossa mídia é que o Estado brasileiro fez uma opção – ainda na década de 30 do século passado – por um modelo de exploração da radiodifusão que privilegia a atividade privada comercial. Poderia ter sido de outra forma. Para ficarmos com o exemplo clássico, na mesma época, a Inglaterra fazia a opção oposta, isto é, privilegiou o próprio Estado como operador e executor da atividade de radiodifusão. Mas no que se refere ao rádio e à televisão, adotamos o modelo que tem origem nos Estados Unidos. (LIMA, 2011, p. 28).

Em 2017, uma pesquisa⁴ conjunta das ONG’s *Repórteres Sem Fronteiras* (RSF) e *Intervozes* mostrou quem são os principais atores da mídia brasileira. De acordo com o levantamento, os 50 principais meios de comunicação no Brasil são de propriedade de 26 grupos corporativos, a maioria dos quais também administra outros tipos de negócios. Entre as principais conclusões do trabalho estão alta concentração de audiência e de propriedade, falta de transparência e interferências econômicas, políticas e religiosas: “De modo geral, os meios de comunicação de massa são controlados por uma elite econômica de homens brancos”⁵. A concentração geográfica das matrizes dos grupos de comunicação também foi um ponto destacado. Ao todo, 19 dos 26 grupos

⁴ Os dados podem ser acessados no endereço: <http://brazil.mom-rsf.org/br/>. Acesso em 18 de junho de 2019.

⁵ Idem acima.

analisados apresentaram sedes na região metropolitana de São Paulo, especialmente na cidade de São Paulo, o que equivale a 73%.

A pesquisa comparou os indicadores de risco à pluralidade na mídia brasileira a outros dez países analisados e concluiu que o Brasil apresenta o cenário mais grave. As ausências de pluralidade e de diversidade de vozes em circulação comprometem a efetividade da democracia, segundo o estudo. A propriedade cruzada dos meios de comunicação é um dos fatores de risco ao pluralismo midiático no país. Um dos dados mais impactantes levantados mostrou que os quatro principais grupos de mídia alcançam uma audiência superior a 70% no caso da televisão aberta, meio de comunicação com maior consumo no país. Nesse contexto, como pensar a prática do jornalismo investigativo no país, dadas essas limitações e condicionantes estruturais e centrais?

Uma leitura crítica do sistema midiático brasileiro exige que se leve em conta fatores históricos que conformam os meios de comunicação no país. Para Azevedo (2006), é necessário reconhecer o desenvolvimento tardio da nossa imprensa e dos jornais comerciais, assim como a posição hegemônica que a televisão passou a ocupar especialmente a partir dos anos 1980. O autor ainda chama a atenção para os ciclos autoritários que marcaram o campo político, períodos que tornaram a democracia e a liberdade de expressão elementos não plenamente visíveis no Brasil durante décadas. Tais fatores ainda hoje se fazem presentes na estrutura midiática brasileira.

Historicamente algumas das características mais notáveis do nosso sistema de mídia permanecem imutáveis: o monopólio familiar e a propriedade cruzada nos meios de comunicação de massa, a pequena diversidade externa do ponto de vista político e o viés conservador, a baixa circulação dos jornais associada ao baixo número de leitores e, como consequência, no campo da grande imprensa, um jornalismo orientado prioritariamente para as elites e permeável à influência dos públicos fortes (AZEVEDO, 2006, p. 89)

Albuquerque (2012) observa que, no Brasil contemporâneo, as principais organizações de mídia, cada vez mais, se veem instadas a assumir um papel político ativo, reivindicando para si a função de arbítrio das disputas entre os agentes do campo da política. Embora busquem exercer um “poder moderador” na sociedade, os grandes

meios de comunicação parecem não reconhecer que os seus conteúdos também são tramados em relações de poder e interesses particulares. Por isso, “reagem agressivamente a quaisquer propostas ou esforços de regulamentação, que limitem a latitude de sua atuação, caracterizando-as como tentativas de limitar a liberdade da imprensa e, portanto, como uma ameaça à democracia” (ALBUQUERQUE, 2012, p. 23).

Apesar dos condicionantes impostos à prática do jornalismo investigativo no Brasil, as investigações sobre o sistema midiático precisam ser levadas adiante, tanto pelos grandes grupos quanto por veículos do interior. Afinal, é preciso reconhecer que a incompreensão acerca do direito à comunicação no país impede avanços rumo a uma mídia mais democrática. Canais alternativos que criam espaço e condições para o exercício de investigações aprofundadas, ainda assim, parecem restringir a abordagem acerca das problemáticas envolvendo a mídia brasileira em colunas opinativas. Quais as dificuldades/barreiras/empecilhos de levar a cabo uma investigação de fôlego em formato de reportagem sobre esta temática? Por que, mesmo nos veículos independentes, estes assuntos não costumam ser tratados como eixo?

2. Por que investigar a mídia é necessário?

De acordo com Burgh (2008), jornalismo investigativo pode ser pensado a partir de uma perspectiva de “jornalismo de compromisso”, como a categoria era considerada na Inglaterra, entre as décadas de 1960 e 1970. Para o autor, o jornalismo convencional, sobretudo o diário, trabalha com a informação numa lógica temporal mais rápida e pontual, muitas vezes, aceitando o que as autoridades – como presidente, ministros, polícia, bombeiros, universidades e porta-vozes institucionais – determinam como fatos apropriados para serem transformados em notícias. Por outro lado, o jornalismo investigativo seleciona suas informações e prioridades dos mais diferentes modos (BURGH, 2008), prezando por uma seleção, apuração e narração dos fatos aprofundados.

Nascimento (2010) fez a distinção entre o *jornalismo sobre investigações* em contraposição ao *jornalismo investigativo*. O primeiro se dedica a divulgar informações de investigações conduzidas por autoridades, enquanto o segundo seria resultado de investigações feitas pelo próprio jornalista. Apesar de a classificação ser polêmica entre os profissionais (muitos defendem que o jornalismo é, por essência, investigativo), estamos de acordo com a compreensão do pesquisador, por entendermos a necessidade de fazer a diferenciação frente às singularidades apresentadas. Segundo o autor, muitos teóricos detectam na imprensa norte-americana as origens do jornalismo investigativo. “Do Watergate ao caso Collor, o jornalismo investigativo tem sido um dos instrumentos mais valiosos para a submissão à esfera pública de coisas, fatos e circunstâncias que dela queriam, a todo custo, escapar” (GOMES; MAIA, 2008, p. 151).

Se o espaço reservado à prática do jornalismo investigativo no Brasil - mesmo em veículos com estrutura maior - é restrita, em função principalmente dos investimentos e do tempo exigido para apuração, quando pensamos em coberturas jornalísticas sobre a própria mídia, a limitação parece ser ainda mais problemática. A formatação do sistema midiático brasileiro, assim como seus deslizes, condutas éticas e questões de ordem estrutural raramente aparecem na cobertura jornalística investigativa, inclusive dos veículos independentes, dificultando a reflexão deste aspecto entre a opinião pública. Apesar de espaços para a crítica de mídia no Brasil terem ganhado impulso e aproximado o debate da sociedade com o entusiasmo e a liderança de jornalistas como Alberto Dines e de seu *Observatório da Imprensa*, ainda há um vazio sobre este aspecto na cobertura investigativa feita pelos veículos.

A pauta ligada ao jornalismo investigativo não é restrita a temas políticos, estando presente nas mais diversas editorias, conforme alerta Aguiar (2014), ao pesquisar os critérios de noticiabilidade na produção do jornalismo investigativo a partir de quatro jornais⁶ da grande imprensa carioca. Este tipo de prática jornalística requer ainda a reflexão entre a fronteira do direito à privacidade e o direito de informação pública, por isso uma questão a se fazer é se, de fato, a sociedade se beneficiará com o

⁶ *O Globo, Extra, O Dia e Jornal do Brasil.*

resultado. Num momento em que a crise em torno da atividade jornalística requer cada vez mais a abertura de seus métodos e técnicas, tornando mais transparentes suas práticas (LISBOA; FRANZONI, 2018; GEHRKE, 2018) por que o jornalismo ainda reluta em tratar de si? Seriam as preocupações com a deslegitimação do campo uma ameaça à exposição de suas limitações e fragilidades?

Jornais desempenham um papel central na formação de imagens e discursos que orientam a nossa percepção de mundo (LIPPMANN, 2008). Por isso, a discussão e reflexão sobre os vieses econômico e político da mídia são fundamentais e deveriam ser permanentes. Há, portanto, a necessidade de se reconhecer as diferenças dos modelos de economia e política de mídia que interferem de forma decisiva e ajudam a explicar a configuração do sistema midiático. A democracia depende de um espaço para o debate público já que pressupõe a existência e convivência de indivíduos livres e iguais. Desta forma, a pluralidade e independência da mídia são condições para garantir um sistema político democrático. No Brasil, o ambiente democrático alarga e às vezes estreita, comprometendo a condição para o jornalismo se realizar de maneira mais eficaz.

Em tempos de processos de desinformação, o jornalismo investigativo se faz ainda mais necessário, não apenas pela sua capacidade de desvendar fatos ocultos do conhecimento público, mas, sobretudo, pelo potencial de interpretar profundamente fenômenos e situações ordinárias. Dos possíveis formatos jornalísticos, acreditamos que a reportagem é o mais adequado para atender a esta exigência. Afinal, “O jornalismo investigativo é geralmente definido como forma extremada de reportagem” (LAGE, 2017, p. 138). Além disso, também estamos em sintonia com a concepção de que o jornalismo investigativo requer principalmente um processo de elaboração e conteúdo diferenciados (SEQUEIRA, 2005). “De uma maneira sintética, é possível entender o jornalismo investigativo como uma forma de reportagem extensa que exige longo tempo de trabalho na apuração das informações por parte dos repórteres” (AGUIAR, 2014, p. 220-221).

3. Tensionando investigações

Há quem diga que o resultado do trabalho do jornalismo investigativo eventualmente não cabe em veículos jornalísticos convencionais (LAGE; 2017), podendo ser publicado em formato de livro e/ou documentário. A busca por exemplos de produções que problematizam sistemas midiáticos e/ou questões relacionadas à mídia reporta a casos emblemáticos, muitas vezes a partir de um elemento externo “detonador” da reflexão. Um deles é o documentário televisivo britânico produzido por Simon Hartog sobre as relações entre mídia e poder no Brasil: *Muito além do Cidadão Kane*, em alusão direta ao personagem criado por Orson Welles. Embora não seja exatamente uma reportagem, reúne características típicas desta modalidade jornalística. Exibido pelo canal 4 da BBC pela primeira vez em 1993 e produzido por uma organização de fora do sistema midiático nacional, escancara as irregularidades na política de concessões de rádio e televisão no Brasil.

Quando há esforços de investigação na cobertura da televisão brasileira, muitas vezes, a exposição temática se reduz a conflitos de audiência, sem trazer uma contribuição efetiva para a cidadania/democracia. Isso pode ser observado nos casos⁷ em que os grupos *Globo* e *Record* se contra-atacam a partir de reportagens com interesses específicos na disputa pelo público. Embora sejam importantes no sentido de romper o silêncio da cobertura investigativa sobre a mídia, muitas vezes, as abordagens se limitam ao denunciismo, sobrevalorizando aspectos espetaculares dos fatos, além de reduzirem a temática a disputas meramente comerciais. Em outras palavras, as narrativas apresentam a denúncia como algo investigativo, mas o propósito costuma ser outro, geralmente associado à desmoralização da concorrência.

Mesmo iniciativas consolidadas e diferenciadas no jornalismo investigativo brasileiro, como a *Agência Pública*, primeira agência de jornalismo investigativo no Brasil, ainda não apresentam este assunto como eixo de cobertura. A agência não fez uma grande reportagem sobre o sistema midiático brasileiro depois de quase dez anos

⁷ As duas reportagens a seguir exemplificam a discussão: A primeira, do *Jornal Nacional*, denuncia a lavagem de dinheiro de Edir Macedo envolvendo diretamente a Record (2009) <<https://www.youtube.com/watch?v=Ow5NQLgkExk>> enquanto a segunda, no *Jornal da Record*, faz o contra-ataque rebatendo a versão apresentada no JN (2009) <<https://www.youtube.com/watch?v=wMlwaOUYQT0>> (Acesso em 20 de julho de 2019).

de seu lançamento, embora já tenha discutido o tema em outros espaços⁸. Apesar de ter elaborado o necessário mapeamento do jornalismo independente produzido no Brasil, o que a impede de investir numa produção investigativa sobre tal temática? Em entrevista ao jornalista Alberto Dines no programa *Observatório da Imprensa* exibido em outubro de 2012⁹, a repórter Natalia Viana, uma das fundadoras da *Agência Pública*, por ocasião de seu lançamento, foi questionada sobre a possibilidade de a agência pautar suas investigações também em torno da própria imprensa, no trecho aqui reproduzido:

Alberto Dines - E no jornalismo, vocês também pretendem meter o bedelho?

Natalia Viana - Olha, meter o bedelho, você diz em que sentido?

Dines - Investigar o jornalismo?

Viana - Então, nós chegamos a falar um pouco sobre isso. Os jornais e a mídia brasileira não discutem a mídia, não discutem o jornalismo [...]

Dines - Esse é um grande problema.

Viana - É um problema muito sério.

Dines - É por isso que nós, Observatórios, surgimos.

Viana - É um problema muito sério porque você tem uma cultura de não questionar o que está acontecendo. [...] Qualquer coisa que se critique a mídia ou se abafa ou falam que é censura. [...]

A escassa cobertura jornalística sobre a própria mídia só costuma ser rompida em espaços de opinião. Cada vez mais consolidado no âmbito do jornalismo investigativo brasileiro, o *The Intercept Brasil* não tem como característica a cobertura jornalística sobre o tema, exceto em colunas opinativas¹⁰. Em outubro de 2018, a

⁸ Em 2018, a partir do projeto *Casa Pública*, a agência promoveu um debate sobre a concentração de audiência e de propriedade de mídia no Brasil.

⁹ A entrevista na íntegra pode ser consultada no link: <http://tvbrasil.etc.com.br/observatorio/episodio/entrevista-com-natalia-viana> Acesso em 18 de junho de 2019.

¹⁰ Alguns exemplos foram os textos *Mídia brasileira construiu uma narrativa novelizada do Impeachment*, de Ivana Bentes, publicado em setembro de 2016 e *Oligopólio da comunicação direcional debate público brasileiro*, de João Filho, em 19 de março de 2017, para citar exemplos recentes. Podem ser consultados respectivamente na íntegra pelo link: <https://theintercept.com/2016/09/01/midia-brasileira-construiu-narrativa-novelizada-do-impeachment/> <https://theintercept.com/2017/03/19/oligopolio-da-comunicacao-direcional-debate-publico-brasileiro/>

jornalista Fabiana Moraes assinou texto provocador na revista *Piauí*, reivindicando uma postura crítica em torno da cobertura midiática brasileira das eleições presidenciais daquele ano: “A imprensa precisa fazer a autocrítica”¹¹. Nele, a autora cobra a problemática posição da imprensa ao tratar frases racistas, machistas, homofóbicas e classistas do candidato do PSL ao pleito como “polêmicas”, naturalizando o inaceitável: “como instituição, a imprensa se apequena e se autoimplode quando não cumpre seu papel fundador: o do esclarecimento” (MORAES, 2018) Mas, esta parece ser uma exceção. Em geral, os veículos não costumam tratar de questões estruturais da mídia brasileira, parece haver um “descolamento” das questões, quando na verdade estão imbricadas.

A investigação relativa à mídia pode ser mais facilmente realizada em veículos independentes e alternativos às grandes organizações. Em 2016, o programa *Caminhos da Reportagem*, da TV Brasil, levou ao ar uma investigação sobre a concentração do sistema midiático brasileiro¹². Com quase uma hora de duração, a reportagem apresenta dados históricos, contextualização densa do tema, além de trazer uma ampla variedade de fontes, incluindo perspectivas de pesquisadores, movimentos sociais, cidadãos, profissionais dos meios de comunicação privados, além de representantes da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT). Também estabelece uma comparação sobre o sistema midiático brasileiro com o de outros países, onde não é permitida a propriedade cruzada dos veículos, como nos Estados Unidos. Na Suécia, por exemplo, há um telejornal voltado para as crianças, além de um canal totalmente focado no público infantil.

Como já assinalamos neste artigo, são diversas as situações, fatos e elementos relacionados à mídia que podem ser efetivamente investigados pelo jornalismo brasileiro. Para além da concentração dos meios, componente estrutural do nosso sistema midiático, temos, ainda, casos de supostas sonegações fiscais e fraudes

Acesso em 18 de junho de 2019.

¹¹ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/imprensa-precisa-fazer-autocritica/> Acesso em 19 de julho de 2019.

¹² A reportagem pode ser conferida na íntegra no link; <http://tvbrasil.etc.com.br/caminhosdareportagem/episodio/vamos-falar-sobre-a-midia> Acesso em 18 de junho de 2019.

tributárias envolvendo diferentes veículos e grupos de comunicação do país já apurados pela Polícia Federal e Ministério Público. Tais casos, noticiados pela própria imprensa - na maioria das vezes sem um acompanhamento -, são exemplos de fatos de interesse público que poderiam ser explorados pelo jornalismo investigativo. Aliás, questões desse tipo evidenciam a transparência e a ética como aspectos problemáticos do setor midiático brasileiro. Como qualquer instituição social, o jornalismo também não está livre de conter condutas e atos ilícitos em sua prática. Por não se localizar numa posição externa à sociedade, os grupos de comunicação - seus proprietários, funcionários e parceiros - também precisam ser monitorados pelo jornalismo investigativo.

Problemas relacionados aos discursos, enquadramentos e representações jornalísticas também se configuraram como pautas relevantes e, por isso, necessitam ser trabalhadas pelo jornalismo investigativo. No Brasil, em distintos momentos históricos, veículos dos mais diversos portes e localidades já foram acusados e processados por cometerem algum tipo de discriminação e preconceito em relação a diferentes indivíduos, grupos e comunidades. Apesar de tais elementos serem frequentemente mapeados e discutidos pela pesquisa científica, especialmente da área da Comunicação/Jornalismo, essas questões também poderiam ser em alguma medida problematizadas nos espaços da reportagem investigativa, levando em conta suas próprias metodologias, linguagens e temporalidades, distintas da ciência.

Considerações finais

A necessidade de se investigar o próprio sistema midiático brasileiro reforça a importância de uma postura vigilante que considere não apenas o furo jornalístico e o desvendamento de casos ocultos, mas valorize também as possibilidades de reportagens interpretativas. Como discutimos, são inúmeras as situações e problemáticas ordinárias no âmbito da mídia que merecem ser objetos de investigação aprofundada. Além disso, compreendemos que esse tipo de abordagem contribui para desmistificar a recorrente ideia de que a prática do jornalismo investigativo se limita a denunciar irregularidades

cometidas por governos, pessoas ligadas ao governo ou autoridades em geral, sem considerar outros poderes e instituições sociais, como a própria mídia.

Entendemos que “[...] no jornalismo existem ainda outros obstáculos: atenção ao papel de serviço público do jornalista – aspecto que justifica seu espírito invasivo – e a função comercial que financia o trabalho” (KOVACH E ROSESNTIEL, 2003, p .273). Os autores do livro *Os Elementos do Jornalismo* ainda nos lembram de outro fator problemático. Mesmo na era da internet, a maioria dos jornalistas integra organizações oligárquicas devido aos custos proibitivos para montar uma empresa jornalística eficaz. Ainda que este diagnóstico comece a mudar, com iniciativas colaborativas dos próprios profissionais, esta limitação parece ficar mais latente no caso do jornalismo investigativo, que em geral exige maior independência para a cobertura. Logo, exige também mais custos e estrutura para se resguardar em casos de intimidações e ameaças, tão frequentes nesta categoria.

É preciso reconhecer, ainda, que uma investigação jornalística sobre questões vinculadas à mídia pode implicar em uma série de riscos aos veículos e a seus jornalistas. Como sinaliza Locatelli (2018), a decisão de desenvolver uma determinada pauta no jornalismo costuma envolver riscos de várias ordens. “No âmbito da profissão, risco significa em essência toda e qualquer possibilidade de sanção administrativa, judicial, pública, política e econômica ao jornalista e à organização no presente e no futuro” (LOCATELLI, 2018, p. 11 e 12). Apesar de tais riscos serem determinantes em momentos cruciais do fazer jornalístico, o autor compreende que a predominância da “aversão ao risco” nas redações afoga parte considerável da autonomia e do potencial democrático do jornalismo. A dimensão dos riscos se torna mais sensível no jornalismo investigativo, visto ser esta uma modalidade jornalística que lida mais diretamente com as complexas relações de poder e conflitos em torno dos fatos.

Dentre os possíveis motivos que contribuem para a baixa cobertura investigativa sobre a mídia, ainda é pertinente considerarmos fatores como retaliação e contrapartida. A forte concentração midiática caracteriza-se, muitas vezes, como um real empecilho para que, sobretudo, veículos pertencentes a grandes grupos de comunicação produzam investigações acerca desse tema. Em outros termos, os veículos evitariam investigar

questões relativas a outros meios e grupos de comunicação uma vez que também estariam sujeitos a serem investigados por meio de represália.

Outra possível causa para a escassez de investigações sobre o sistema midiático brasileiro diz respeito à própria legitimidade do jornalismo como instituição social. Para serem considerados relevantes e necessários, os veículos se ancoram em valores nobres como independência, honestidade, objetividade e coerência. “Esses valores não devem nunca ser desprezados, sob pena de a prática perder seu *ethos*, sua legitimidade social (LISBOA, 2012, p. 94)”. Em tempos em que a atividade jornalística é vista com suspeição pelos mais diferentes atores sociais, produzir uma reportagem que exponha e discuta condutas e processos problemáticos - e até mesmo ilícitos - no sistema midiático pode parecer, num primeiro momento, uma decisão editorial arriscada. No entanto, não investigar dilemas e aspectos irregulares da mídia gera consequências ainda mais danosas não somente ao jornalismo, mas a toda sociedade democrática.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Leonel Azevedo de. Critérios de noticiabilidade no jornalismo investigativo. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz. **Critérios de noticiabilidade - problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 2014. pp. 219-233.

ALBUQUERQUE, Afonso. O paralelismo político em questão. **Revista Compolítica**, v. 2, n. 1, jan-jun. 2012, pp. 5-28.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **Mídia e democracia no Brasil**: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública*, vol 12, no 1, Campinas, Abr/mai, 2006.

BURGH, Hugo de (Org.). **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Roca, 2008.

CHAMBERS, Deborah. Contexto de Mudanças do Jornalismo Investigativo. In: BURGH, Hugo. **Jornalismo Investigativo**. Contexto e Prática. São Paulo: Roca, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

GEHRKE; Marília. **Transparência no método como valor para o jornalismo**. 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. São Paulo, 2018.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e democracia: problemas & perspectiva**. São Paulo: Paulus, 2008.

HAMBURGUER, Esther. **O Brasil antenado: a sociedade da novela**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2017.

LIMA, Venício Artur de. **Regulação das comunicações: história, poder e direitos**. São Paulo: Paulus, 2011.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

LISBOA, Sílvia. **Jornalismo e a credibilidade percebida pelo leitor: independência, imparcialidade, objetividade, honestidade e coerência**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

LISBOA, Sílvia; FRANZONI, Sabrina. **Jornalismo e efeito de transparência: definições na teoria e na práxis**. 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. São Paulo, 2018.

LOCATELLI, Carlos Augusto. **O risco como síntese da tomada de decisão jornalística**. 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. São Paulo, 2018.

MORAES, Fabiana. A imprensa precisa fazer a autocrítica. In **Revista Piauí**. Nº 145. São Paulo: Editora Abril, 14 de outubro de 2018.

NASCIMENTO, Solano. **Os novos escribas: o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2010.

PINTO, Pâmela Araújo. **Mídia regional brasileira: características dos subsistemas midiáticos das regiões Norte e Sul**. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. **Jornalismo investigativo: O fato por trás da notícia**. São Paulo: Summus, 2005.